

INTERIORIDADES HABITADAS

Maria Fernanda Pereira Garcia (IC) e Igor Guatelli (Orientador).

Apoio: PIBIC Mackenzie

RESUMO

O desenvolvimento habitacional na cidade de São Paulo percorre um extenso caminho pela história, marcado por interesses políticos advindos da classe dominante e esganado pelo interesse do mercado imobiliário, o que acarretou em uma descomunal desigualdade socioespacial, resultando na marginalização de parte da população que atualmente se encontra em situação de risco, vivendo na irregularidade. A falta de atenção do Estado para com essa parte da população é marcada por intervenções muitas vezes ineficientes, a fim de maquiagem a cidade, como se tais problemas não existissem. A partir dos anos 1970, após o *boom* imobiliário no centro da cidade, a população carente foi realocada para a zona leste, em conjuntos habitacionais sem infraestrutura adequada, para desafogar uma demanda até então concentrada na região central. Posteriormente, com a desvalorização do centro, observou-se a ocupação de diversos edifícios abandonados por grupos de luta por moradia. O presente estudo tem como finalidade expor esses dois *modus vivendi* na cidade de São Paulo, focando mais especificamente em formas diferentes de utilização de pátios comuns, a ponto de afetar completamente a articulação com o espaço, o viver na cidade, a troca de experiências e o senso de coletividade.

Palavras-chave: Conjuntos habitacionais. Ocupações. Pátios.

ABSTRACT

The housing development of the city of São Paulo goes through an extensive path through history, marked by political interests arising from the upper class and later squeezed by the interests of the real estate market, which resulted in huge socio-spatial inequality, leading to the marginalization of part of the population that is currently at risk, living in irregularity. The lack of state attention to this part of the population is marked by inefficient interventions in order to 'embellish' the city, as if such problems did not exist. As from the 1970s, after the real estate boom in the city center, the needy population was relocated to the east zone, in housing estates without adequate infrastructure, to relieve a demand until then concentrated in the central region. Later, with the devaluation of the center, one could observe the occupation of several abandoned buildings by groups that struggle for housing. The present study aims to expose these two ways of living in the city of São Paulo, focusing more specifically on different forms of the use of common courtyards, to the point of completely affecting the articulation with

space, with the act of living in the city, with the exchange of experiences, and with the sense of collectivity.

Keywords: Housing estates. Occupancies. Courtyards.

1. INTRODUÇÃO

A insensibilidade ao se criar projetos arquitetônicos sem considerar a necessidade da construção de uma cidade aberta, plural e multivalente é um problema frequente na sociedade. As cidades monofuncionais, cheias de condomínios fechados, isolados por muros que impedem a troca de experiências sociais tanto nas ruas quanto dentro dos próprios condomínios, são questões que devem ser discutidas.

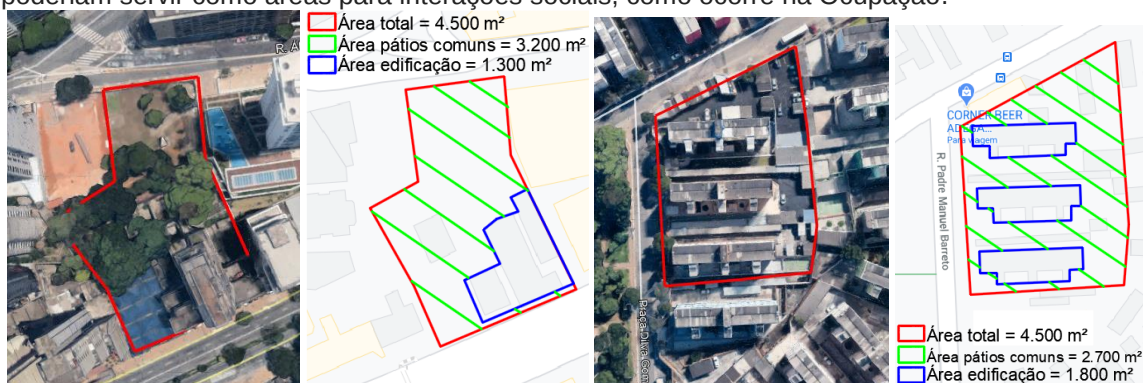
Por meio deste trabalho tem-se como objetivo a elaboração de um estudo cartográfico qualitativo dos processos de interações sociais, utilizando dois exemplos de *modus vivendi* completamente divergentes e dissonantes. Nos conjuntos habitacionais de Artur Alvim, a falta de uso dos pátios comuns leva a um isolamento maior dessa população, prejudicada pelo sistema capitalista de isolamento social quando realocada para um bairro que, nos anos 70, não possuía infraestrutura e ainda sofre com essa escassez atualmente. Quando tais conjuntos habitacionais foram implantados, os pátios comuns não receberam a devida importância, tornando-se garagens de automóveis ou simplesmente espaços inutilizados.

O outro exemplo de *modus vivendi* é a Ocupação 9 de Julho, no centro de São Paulo, onde os pátios comuns são utilizados diariamente para diversas atividades entre os moradores, tornando-os também espaços de convívio convidativos para visitantes. Para atingir o objetivo da pesquisa, foram utilizados dois tipos de aproximações. Inicialmente foi feita uma aproximação fenomenológica através de visitas a campo, entrevistas e registros fotográficos, além de pesquisas em *sites* sobre a programação da Ocupação 9 de Julho.

Posteriormente, como fruto da aproximação fenomenológica, e afim de problematizar a vida social intramuros para além de uma discussão opinativa, foi feita uma aproximação teórica, balizada por autores e conceitos que problematizam a vida social intramuros na contemporaneidade. Foram utilizados majoritariamente os conceitos *bíos* e *zoé*, apresentados no livro de Giorgio Agamben, “Homo Sacer: O poder soberano e a vida nua I”, que serão explicados e aplicados ao longo da pesquisa.

Este estudo não é uma discussão de projetos, mas sim uma reflexão ancorada em conceitos que comparam diferentes formas de apropriações de pátios comuns, porém próximas quanto ao espectro social que abrigam. Debruçando-se sobre tais aspectos, mostra como ainda é possível, nos tempos atuais, transformar em aberturas para novos modos de existência aquilo que resta como lugar residual. Aberturas estas que restam como lugares da proteção patrimonial ou ambientes passíveis de trocas sociais, promovendo a construção do processo civilizatório.

Figura 1: Da esquerda para a direita, as duas primeiras imagens retratam a implantação da Ocupação 9 de Julho, de aproximadamente 4.500,00m² e foram identificados 3.200,00m² de áreas comuns, com diferentes usos para moradores e visitantes. Em comparação, nas imagens 3 e 4 foi selecionada a mesma área de 4.500,00m² englobando três conjuntos habitacionais em Artur Alvim e foram identificados aproximadamente 2.700,00m² destinados a garagens de automóveis, locais estes que poderiam servir como áreas para interações sociais, como ocorre na Ocupação.



Fonte: Google Earth e Google Maps, 2020.

2. DESENVOLVIMENTO DO ARGUMENTO

2.1 Os pátios comuns nos conjuntos habitacionais de Artur Alvim

Os conjuntos habitacionais de Artur Alvim foram construídos, a partir dos anos 1970 por meio de uma parceria entre a administração pública e a empresa COHAB, em regiões da cidade de São Paulo longe do centro – o polo financeiro daquela época – a fim de conter a ocupação ilegal dos solos e para dar a possibilidade aos mais carentes de possuírem suas casas prometidas pelo governo. O resultado, apesar de parecer uma solução para essas famílias, foi aparecendo aos poucos: a escassa infraestrutura em relação ao número de edifícios que foram sendo construídos tomou grande proporção, desencadeando novos problemas para a sociedade.

Na obra “A leste do centro” fica evidente que um dos fatores que contribuíram para o crescimento populacional das periferias do extremo leste da cidade, “foi a compra pelo poder público de expressivo estoque de terra rural para a construção de conjuntos habitacionais de interesse social, em meados da década de 1970” (MEYER; GROSTEIN, 2010, p. 49). Foi pela construção desses conjuntos habitacionais que se criou um padrão periférico de urbanização o qual acabou por ser reproduzido em toda a região leste da cidade. Segundo as autoras, esse padrão periférico de urbanização foi também propulsor da formação de uma vida social urbana precarizada.

“Duas fortes características dos conjuntos habitacionais de interesse social promovidos pelo poder público marcaram profundamente o espaço metropolitano e exerceram influência decisiva nas dinâmicas de ocupação desse território: sua localização concentrada nas periferias metropolitanas e a escala dos empreendimentos. Como decorrência dessa forma de

construção de espaço urbanizado, tornou-se evidente o problema da acessibilidade a essas novas áreas, assim como a baixa mobilidade à qual estão sujeitos os seus moradores”. (MEYER; GROSTEIN, 2010, p. 49)

Essa falta de infraestrutura acabou gerando uma “cidade dormitório”, um aglomerado urbano que surgiu ao redor do centro da cidade para servir de moradia aos trabalhadores e aos mais pobres, excluindo-os de onde tudo acontece e encarcerando-os compulsoriamente em aglomerados isolados. A população é iludida e convencida pela ideia de possuir sua primeira casa própria onde o Estado acha apropriado, normalmente em regiões que não possuem nenhum tipo de infraestrutura, além de serem conectados aos polos comerciais apenas por transportes públicos.

É importante ressaltar que, apesar dos conjuntos habitacionais serem destinados para a classe social mais baixa, essa interiorização compulsória acaba reforçando a ideia de proteção ao patrimônio daqueles que são considerados perigosos, havendo uma criminalização simbólica de certas categorias sociais, tema discutido no livro de Teresa Caldeira “Cidade de muros”.

“A fala do crime constrói sua reordenação simbólica do mundo elaborando preconceitos e naturalizando a percepção de certos grupos como perigosos. Ela, de modo simplista, divide o mundo entre o bem e o mal e criminaliza certas categorias sociais. Essa criminalização simbólica é um processo social dominante tão difundido que até as próprias vítimas dos estereótipos (os pobres, por exemplo) acabam por reproduzi-lo, ainda que ambigualmente”. (CALDEIRA, 2003, p. 10).

Tal modo de habitar pode ser compreendido a partir das colocações feitas por Michel Foucault em seu livro “Vigiar e Punir”. Nessa obra, o filósofo francês se utiliza do conceito de “Panóptico” de Jeremy Bentham, para evidenciar criticamente formas explícitas e veladas de controle da vida em sociedade e vigilância do sujeito. No livro “O Panóptico”, escrito em 1785, Bentham destaca este mecanismo estrutural utilizado para controle total de certos grupos, tais como prisioneiros, maníacos, estudantes, trabalhadores, etc. Essa estrutura em forma de anel possui um pátio no meio com uma torre, na qual o vigilante pode observar – sem ser observado – comportamentos dos indivíduos ao seu redor, a fim de discipliná-los sem que estes saibam em que momento estão sendo observados, ou por quem. Tal mecanismo pode ser chamado de panopticismo, que se resume à observação total, dispensando a violência física e combatendo-a com mecanismos de ordem psicológica.

Não seria difícil estabelecer uma relação direta entre o panopticismo e as formas de organização da vida em sociedade nessas periferias. Questão retomada mais adiante, esses conjuntos habitacionais, construídos em sua origem sem a presença de uma urbanidade que

os sustentasse, hoje murados, com os pátios atomizados, recortados, transformados em garagens de automóveis (ver figuras 2 e 3) poderiam ser entendidos como formas de dominação, isolamento e sujeição sociais impostas pelo Estado; reproduzidas e gerenciadas, voluntária e/ou involuntariamente, pelos próprios moradores responsáveis pela construção desses muros.

“Em cada uma de suas aplicações, [o Panóptico] permite aperfeiçoar o exercício do poder. E isto de várias maneiras: porque pode reduzir o número dos que o exercem, ao mesmo tempo em que multiplica o número daqueles sobre os quais é exercido. Porque permite intervir a cada momento e a pressão constante age antes mesmo que as faltas, os erros, os crimes sejam cometidos. Porque, nessas condições, sua força é nunca intervir, é se exercer espontaneamente e sem ruído, é constituir um mecanismo de efeitos em cadeia”. (FOUCAULT, 1987, p. 170)

Há uma violência silenciosa atrás dos muros e no interior desses conjuntos habitacionais reveladores de um exercício de poder de alienação coletiva e social. Após visita e entrevista com moradores e trabalhadores¹ de Artur Alvim, questionando as qualidades e deficiências do bairro e suas experiências na região, percebe-se a escassez de recursos para que haja uma troca social não só entre a vizinhança dos conjuntos habitacionais, mas também entre todos os que vivem e trabalham por ali. O bairro possui um grande potencial de crescimento, porém nota-se o descaso e afastamento do Estado para com essas pessoas, as quais, surpreendentemente, muitas vezes se dizem satisfeitas com o que o bairro oferece.

Difícil não reconhecer certo conformismo com o que têm e lhes é oferecido, alguma desesperança quanto a possíveis mudanças ou melhorias, sendo incapazes, portanto, de valorar a qualidade dos intercâmbios e dinâmicas sociais locais existentes. Após essas primeiras impressões, através de algumas perguntas, foi questionado se tinham algum ideal de bairro para se viver. Com certa obviedade, as respostas elencaram bairros de classe média com maior acessibilidade, porém preços inacessíveis.

É importante ressaltar que quase 70% dos entrevistados comentaram que o único ambiente para lazer das crianças e jovens são as praças, e que todas elas são depredadas, malcuidadas, perigosas em certos momentos do dia, além de serem pontos de comércio explícito de drogas, fazendo com que as crianças estejam sempre próximas dessa situação.

Segundo relatos de alguns, tais praças não recebem a devida atenção do poder público, possuem amontoados de lixo e mau cheiro e, ainda assim, são um dos poucos pontos

¹ Foram feitas entrevistas *in loco* e questionários *online* voltados especificamente para moradores e trabalhadores da região de Artur Alvim. Cerca de 70% dos entrevistados relataram sentir falta de equipamentos urbanos no bairro e se queixaram da falta de segurança.

de encontro para que as crianças andem de bicicleta ou joguem bola, uma vez que os brinquedos são perigosos por falta de manutenção. O levantamento de informações foi feito em diversos horários e dias da semana para que se pudesse observar a dinâmica da população.

Um entrevistado, portador de necessidades especiais e usuário de cadeira de rodas, se queixou da falta de acessibilidade não só para cadeirantes, mas também para idosos e usuários de carrinho infantil. Existe muita declividade, ruas difíceis para caminhar, calçadas estreitas e degraus muito altos fora da Lei nº 10.098, que versa sobre acessibilidade. O mesmo comenta que mora em um conjunto habitacional, no térreo, pois o conjunto habitacional não possui elevador. Por esses motivos, o aposentado diz não ter vontade de sair de casa sozinho, apenas para fazer o básico – ir ao mercado, padaria e farmácia – mesmo tendo condições para fazer outras atividades.

Um bairro com grande densidade demográfica como Artur Alvim necessita de investimentos públicos em todos os quesitos. Ao mesmo tempo em que a população necessita de cuidados e investimentos por encontrar-se em condições preocupantes de salubridade, o bairro possui grande potencial de crescimento para atender às necessidades da população, não só na área da saúde, mas também em quesitos de lazer, por possuir grande quantidade de edificações e praças abandonadas.

De acordo com a Secretaria Municipal de Saúde, os dados da pesquisa de 2018 indicam que o bairro de Artur Alvim se destacou por ter a mais alta taxa de mortalidade infantil (21 mortes a cada 1000 nascimentos) na cidade de São Paulo, número alarmante, que pode ser explicado por haver poucos hospitais e postos de saúde nas proximidades.

É perceptível também que a falta de áreas de lazer nos pátios dos conjuntos habitacionais - tema abordado no início da pesquisa – é um problema que afeta diariamente as trocas sociais, não só das crianças, mas também de todos os que ali moram. Os conjuntos habitacionais foram construídos às margens da cidade à época e, com o passar do tempo, foram insulados pelos próprios moradores.

O que temos hoje, é uma paisagem de fortificações com vazios em seus interiores preenchidos por automóveis. As ocasionais grades, por sua vez, mostram uma falsa permeabilidade: de fora, é possível apenas enxergar a falta de vida nesses pátios internos esterilizados pelos automóveis.

Figura 2: Pátios nos conjuntos habitacionais de Artur Alvim reservados apenas para automóveis.



Fonte: Maria Fernanda Garcia, 2020.

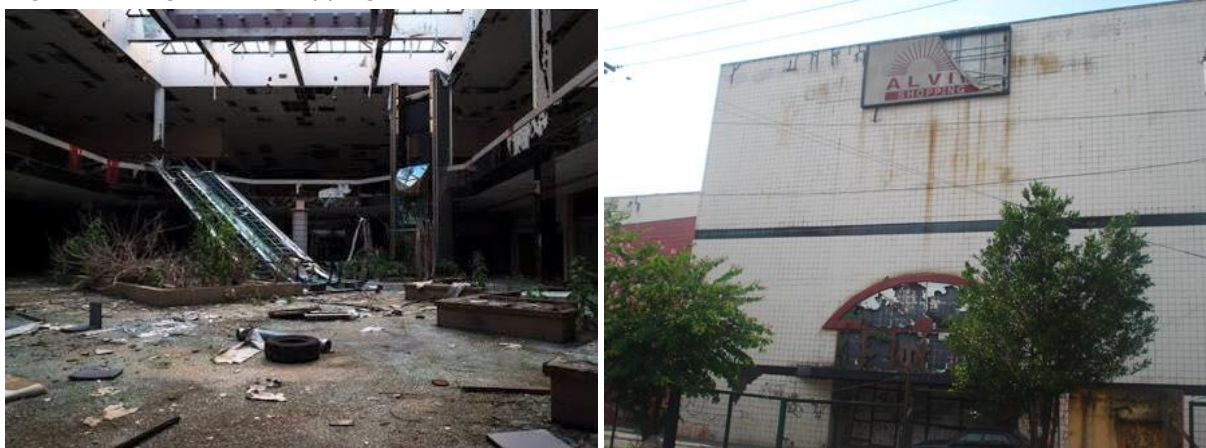
Figura 3: Pátios nos conjuntos habitacionais de Artur Alvim reservados apenas para automóveis.



Fonte: Maria Fernanda Garcia, 2020.

Em uma das entrevistas, um dos moradores comentou que existe um *shopping center* abandonado há mais de 15 anos e que antes este era um ponto de encontro muito utilizado pela população. O *shopping* em questão chama-se Shopping Artur Alvim, conhecido por Coqueirinho, e virou ponto de distribuição e uso de drogas e violência até ser desativado. Hoje em dia, ainda desativado e em ruínas, possui externamente um restaurante que recebe uma quantidade considerável de clientes. O entrevistado diz que sente falta dos seus encontros neste lugar e que é lamentável que este não possa ser mais utilizado. Apesar de ser outra fortificação, seguindo a lógica espacial dos shoppings, deveria funcionar como um local de grande fluxo e encontro dos moradores da região, principalmente dos jovens. Com o fechamento do shopping, a população passou a frequentar o shopping de Itaquera, no bairro vizinho.

Figura 4: Imagens do Shopping Artur Alvim atualmente em ruínas.



Fonte: <https://www.assuntoscriativos.com.br/2020/04/shopping-abandonado-em-sao-paulo.html>

Ao levantar as questões do uso inadequado dos pátios dentro dos conjuntos habitacionais (essencialmente funcional e utilitário, apenas para proteção dos automóveis), os moradores entrevistados foram provocados a refletir, não apenas sobre a importância da infraestrutura urbana em praças, mas também dentro dos próprios conjuntos. Infraestrutura esta essencial para dar suporte à vida infantil e a novas oportunidades para a construção de laços, incentivando o exercício da cidadania, coletividade e reconhecimento do outro – importantes questões para o processo civilizatório.

Os moradores que, posteriormente às obras entregues pela COHAB nos anos 1980, levantaram muros ao redor dos seus edifícios em busca da idealização de viver em conjuntos habitacionais fechados, acabaram provocando involuntariamente o empobrecimento das relações sociais pelo acentuado valor dado aos automóveis, uma reprodução da lógica patrimonialista que sempre caracterizou a formação da sociedade brasileira.

Ao se observar a vida dos moradores dentro e fora dos conjuntos habitacionais em um fim de semana, foi possível reforçar a análise deste modo de habitar, de acordo com o livro de Giorgio Agamben, “Homo Sacer: O poder soberano e a vida nua I”, como citado na primeira proposta desta pesquisa.

“Toda tentativa de repensar o espaço político do Ocidente deve partir da clara consciência de que da distinção clássica entre *zoé*² e *bíos*³, entre vida privada e existência política, entre homem como simples vivente, que tem seu lugar na casa, e o homem como sujeito político, que tem seu lugar na cidade”. (AGAMBEN, 2002, p. 193).

² *zoé*: vida biológica que se situou no Ocidente; é natural e tende a permanecer excluída da *polis*, limitada à reprodução e à sobrevivência.

³ *bíos*: de acordo com Agamben, o termo foi definido como uma forma própria de viver concernente a um indivíduo ou a um grupo, uma vida qualificada, particularizada, criando métodos de poder para a dominação social, de uma forma que seja possível controlar e disciplinar as pessoas.

Pode-se afirmar a caracterização de tal como uma vida zoé, naturalizada. Naturalizada porque o Estado colocou-os em um viver comum, controlado e conformado, como uma mera existência biológica incapaz de existência política. Enquanto isso, o poder soberano legisla sobre o caos e decide se a vida em sociedade está normal ou não e se coloca na posição acima da zoé, mantendo-a controlada.

A vida zoé foi acentuada pelos próprios moradores ao transformarem os pátios comuns, que serviriam à vida compartilhada. São espaços de sociabilidade que foram arruinados pela valorização do patrimônio, o extremo valor do automóvel. Poderia haver uma riqueza de trocas, mas há um espaço monológico. Os moradores contribuem para a simplificação de suas vidas ao reduzirem a espaço partilhado aquilo que poderia ser compartilhado.

Essa naturalização da vida, discutida por Agamben, também pode ser vista a partir da objetificação da vida em comum; a relação com o objeto se sobrepõe ao convívio com o outro. A situação só não se torna ainda mais explícita em virtude da presença da praça Dilva Martins Pontes, único local onde essas trocas sociais acontecem.

De fato, foi observado, através das entrevistas, que o maior meio de entretenimento dos moradores é a praça acima mencionada, onde todos podem compartilhar seus momentos: crianças brincam e andam de bicicleta, jovens aproveitam a pista de skate e adultos e idosos correm e caminham com seus cachorros. O que, de certa forma, é essencial para a vida na comunidade. Por outro lado, ao redor da praça ficam os conjuntos habitacionais com áreas comuns disponíveis para trocas sociais, porém estas são áreas asfaltadas para estacionamento, quando, na maioria dos casos, há vagas livres nas ruas.

Figura 5: Praça Dilva Martins Pontes



Fonte: Maria Fernanda Garcia, 2020.

Figura 6: Fotos aéreas mostram como os pátios dos conjuntos habitacionais são tomados por coberturas para os automóveis dos moradores.



Fonte: Maria Fernanda Garcia, 2020.

É pertinente refletir sobre o modo de morar da população que vive nos conjuntos habitacionais de acordo com o livro de James Holston, “Cidadania Insurgente: disjunções da democracia e da modernidade no Brasil”. Primeiramente, o autor explica que o termo “cidadão” é visto como estranho para os brasileiros e tem sentidos diferentes de acordo com as classes sociais.

Apesar do termo se referir a qualquer pessoa que habita a cidade, em alguns casos, significa alguém anônimo. Em outros, é visto como divisor de classes – um cidadão é pessoa de bem, trabalhador, enquanto o marginal é insignificante, pobre, ausente de direitos, desvalorizado. Logo, o autor divide o seu livro em dois argumentos sobre a cidadania brasileira.

Seu primeiro argumento é que a cidadania brasileira é uma fusão entre o formal e a distribuição substantiva de direitos. Porém, essa cidadania é desigual nessa distribuição, aumentando as diferenças no tipo de educação, direito à propriedade, raça, gênero e atividade profissional, contribuindo para a desigualdade social. Tais diferenças tem sido usadas para privilegiar categorias específicas, negando direitos políticos à maioria dos brasileiros.

Seu segundo argumento é baseado nas classes trabalhadoras que, ao longo do tempo, formaram periferias urbanas atraídas pela industrialização. Mudaram-se do centro da cidade quando a elite, infeliz com a presença dos mais pobres, passou a fazê-los morarem em bairros distantes e sem infraestrutura. A partir da pressão da população, o Estado criou políticas para a construção dos conjuntos habitacionais. No entanto, em vez de manter a população trabalhadora mais pobre próxima dos centros comerciais, manteve a lógica desigual de afastamento, forçando-os a morarem em bairros escassos de infraestrutura.

[...] num sistema de direitos de cidadania assim baseado na imunidade de alguns e na incapacidade de outros, os direitos se tornam relações de privilégio que atuam sem a obrigatoriedade do dever para com aqueles que não têm o poder de impor suas reivindicações. (HOLSTON, 2013, p. 333).

Ambos os argumentos de Holston podem ser corroborados pela vivência nos conjuntos habitacionais de Artur Alvim. Os moradores carregam um peso histórico, somado às políticas de direito desiguais. Como mencionado anteriormente, os conjuntos habitacionais possuem em seus pátios espaços vazios subutilizados, muitos com garagens individuais improvisadas como espaços de armazenamento de patrimônios pelos próprios moradores. Ou seja, um ambiente construído para o exercício da cidadania é desvalorizado para acomodar um bem material.

Entende-se que, pela cultura de violência do país, seja essencial guardar os automóveis dentro dos condomínios e que, na época da construção dos conjuntos habitacionais, provavelmente essa questão não foi considerada. Por qual motivo? Seria por que o Estado não acreditou que a população ali realocada poderia ter acesso à compra de automóveis? Em muitos dos projetos iniciais, as áreas comuns não foram destinadas a garagens e, por isso, anos depois os moradores se viram no direito de utilizar os pátios como garagens individuais, redirecionando seus usos. Dessa forma, na rua sobram vagas de estacionamento e nos conjuntos habitacionais faltam áreas comuns para trocas sociais.

Figura 7: Pátios comuns em diferentes conjuntos habitacionais em Artur Alvim.



Fonte: Maria Fernanda Garcia, 2020.

Figura 8: Pátios comuns em diferentes conjuntos habitacionais em Artur Alvim.



Fonte: Maria Fernanda Garcia, 2020.

2.2 O uso dos pátios comuns na Ocupação 9 de Julho

Na Ocupação 9 de Julho, situada no antigo prédio do INSS na Avenida 9 de Julho, os pátios possuem utilização completamente oposta, visto que esta se tornou um centro cultural aberto à cidade, com shows, debates, exposições, almoços, festas, entre outros eventos nos quais moradores e não moradores de todas as idades e regiões são acolhidos.

A combinação do movimento de seus habitantes e das pessoas que visitam diariamente a ocupação para conhecer sua dinâmica faz com que a construção de laços seja inevitável – de forma completamente positiva -, criando situações diversificadas, múltiplas. O MSTC (Movimento Sem-Teto do Centro), atual movimento que atua na organização de famílias sem teto, promovendo ações e debates e lutando pelo direito da moradia, engloba a Ocupação 9 de Julho (que abriga atualmente 123 famílias) e as ocupações José Bonifácio (100 famílias), Casarão (24 famílias), Rio Branco (60 pessoas) e São Francisco (30 famílias).

O antigo prédio do INSS, construído em 1943, funcionava da seguinte forma: do térreo ao quinto andar ficavam os escritórios e nos andares acima os quartos para os funcionários. O prédio funcionou até 1976, ano em que foi fechado e abandonado. A partir de 1997, houve ocupações de outros movimentos que posteriormente foram desmobilizados pela interferência do Estado.

Em 30 de outubro de 2016, no dia das eleições municipais, com a confirmação da derrota da esquerda no segundo turno e a vitória de João Dória (PSDB), o MSTC ocupou o prédio como resposta à ascensão da direita. A ocupação nesse dia foi simbólica: uma denúncia à falta de políticas públicas efetivas que contemplem a função social da propriedade.

No livro “A Terra Prometida”, a autora Carmen Silva, líder do MSTC, filiado à Frente de Luta por Moradia (FLM), explica a importância do movimento social e como não é justo uns terem mais e outros menos.

[...] não é justo se negar a educação, não é justo se negar cultura, não é justo se negar o direito de ter um teto. [...] Para alcançar a terra prometida, acima de tudo, é diálogo, é ideologia, é cautela e acima de tudo persistência e não negar a sua existência. Hoje eu escuto muito a palavra resistir, mas eu não quero resistir. Eu já resisto, eu só quero reexistir. (SILVA, 2019, p. 12).

Foram feitas visitas programadas e não programadas à Ocupação 9 de Julho, durante as quais foram observadas dinâmicas interessantes. Uma das visitas foi guiada pelo morador Felipe, que explicou como ocorreu a ocupação desde o dia em que chegaram, até como funciona atualmente. Ele explicou que as ocupações seguem um padrão: no dia da ocupação todos se organizam para ir ao local com alimentação, roupas e colchões para entrarem e não saírem nos dois dias subsequentes.

No caso da Ocupação 9 de Julho, foi necessária a assistência técnica de engenheiros e arquitetos para checar a estrutura antes de todos subirem. Em seguida, os ocupantes se dividiram em frentes: nos andares mais altos, ficaram as crianças e idosos, no meio, as mulheres, e nos andares mais baixos, as pessoas mais fortes para protegê-los em caso de conflitos. Todos dormiram juntos nos primeiros dias e ajudaram com a limpeza do local, pois havia muita sujeira e entulho. O morador contou que saíram de lá cerca de vinte caminhões de entulho.

Posteriormente, as famílias foram distribuídas nos andares: as maiores ficaram nos andares de baixo junto aos idosos e portadores de necessidades especiais, pois os quartos são maiores – as antigas salas de escritório. Famílias saudáveis e menores ficaram nos andares mais altos, sem elevador.

Atualmente os moradores contribuem mensalmente com um valor sugerido de R\$220,00 para que possam ajudar com os gastos comunitários como fornecimento de energia, telefone, gás, internet, etc. Apesar disso, é especificado que nenhuma família é obrigada a pagar se estiver passando por dificuldades.

O MSTC possui parcerias com psicólogos e o apoio de UBS para exames quinzenais de rotina. Os moradores trabalham com o coletivo: hortas, limpeza, organização, atividades recreativas para crianças, ateliês de costura, aulas de português, inglês, espanhol, matemática, ciências, história, teatro, música e iniciação artística para adultos e crianças oferecidos por professores e alunos da Universidade de São Paulo (USP). Além disso, *chefs* renomados oferecem aulas de culinária para quem quiser ajudar nos conhecidos almoços quinzenais, quando a Ocupação abre suas portas para visitantes.

Foram realizadas visitas ao pátio de entrada na Rua Álvaro de Carvalho, onde os moradores reservam uma área coletiva para cultivo de alimentos. Felipe, morador que acompanhou na visita, explicou também que conseguiram a averbação da área verde naquele lote para que futuramente não possam destruí-la para alguma eventual construção. Nesse pátio, há uma portaria informal para controle de entrada. Logo abaixo, aproveitando a estrutura já construída, foram criados pátios para recreação infantil, com quadras de futebol e paredes com pinturas de artistas plásticos e pichadores. Nesses pátios também são programados encontros e eventos aos finais de semana, como os almoços comunitários no último domingo do mês e as Festas Juninas.

Figura 9: Pátio na entrada da Ocupação 9 de Julho. À esquerda, uma área verde averbada em escritura após a solicitação dos moradores, garantindo que, em caso de mudança de uso do edifício, esta não poderá ser removida, apenas preservada.



Fonte: Maria Fernanda Garcia, 2020.

Figura 10: À esquerda, pátio a céu aberto utilizado pelas crianças que moram na Ocupação; à direita, no mesmo pátio, são realizados os eventos abertos à população, como a Festa Junina, palestras e os almoços mensais.



Fonte: À esquerda, Maria Fernanda Garcia. À direita, <https://www.instagram.com/p/B4yL5QmH9Bv/>

Além dos espaços comuns na entrada (térreo), há nos pavimentos inferiores outros espaços comunitários, como a cozinha onde são realizados os almoços abertos ao público. A Ocupação está sempre aberta a receber pessoas de fora em eventos culturais que acabam por aproximar a vizinhança e aceitar a permanência dos ocupantes. Além disso, existe uma galeria no terceiro subsolo (antiga entrada principal do edifício do INSS) que recebe exposições mensalmente, com obras-manifesto, expressões de luta e resistência.

Figura 11: À esquerda, pátio da Ocupação sendo utilizado para eventos culturais. À direita, os moradores cozinhando para comercialização dos almoços aos finais de semana, durante a pandemia do COVID-19.



Fonte: <https://www.instagram.com/p/B6bxjwTHY37/> e <https://www.instagram.com/p/CDHGTeTH7-w/>

Figura 12: Galeria da Ocupação 9 de Julho, onde antigamente ficava a recepção do prédio do INSS. Atualmente, a galeria recebe exposições mensalmente e ao final as obras são leiloadas para arrecadação de fundos.



Fonte: Maria Fernanda Garcia, 2020.

A comunidade preza, após diversos acordos com a prefeitura e vizinhança, uma política de boa convivência, mostrando-se sempre aberta para os visitantes conhecerem suas vidas, a fim de quebrarem a barreira de preconceitos. Tal comportamento pode ser analisado de acordo com o livro de Caldeira, supracitado, em que a autora explica como esse meio urbano reforça as desigualdades.

“Os enclaves fortificados que estão transformando cidades contemporâneas como São Paulo exemplificam a emergência de um novo padrão de organização das diferenças sociais no espaço urbano. É um modelo que vem sendo empregado pelas classes médias e altas nos mais diversos países, gerando um outro tipo de espaço público e de interações dos cidadãos em público. Esse novo modelo não usa instrumentos totalmente novos nem em termos de projeto nem de localização. Diversas características de projeto são modernistas, e os enclaves normalmente localizam-se nos subúrbios, onde as classes médias já vêm se isolando há um bom tempo em várias partes do mundo. Porém, o novo modelo de segregação separa grupos sociais de uma forma tão explícita que transforma a qualidade do espaço público”.
(CALDEIRA, 2003, p. 11)

A dinâmica da Ocupação expressa um movimento contrário ao isolamento, ou seja, os moradores dessa e de outras ocupações, normalmente estigmatizados pela opinião pública, se mostram dispostos a compartilhar sua luta com a população por meio de ações socializantes visando a construção de um território comum, um lugar de acolhimento. Após realizadas as visitas, é inevitável observar o quanto a lógica do processo de interiorização e isolamento é rompida nas áreas comuns, e o quanto esse rompimento é importante para a construção de laços com a sociedade.

Fragmentos

É possível também fazer uma análise sobre o habitar na Ocupação 9 de Julho de acordo com o livro de Georges Didi-Huberman, “Casca”, em que o autor visita o Museu de Auschwitz-Birkenau, construído na área de antigos campos de concentração, e critica as modificações ali expostas ao público: fotos, novos ambientes, lojas. As fotos expostas no museu foram modificadas, sombras e borrões removidos. O prisioneiro que as tirou temia pela sua vida e pelo seu povo. As verdadeiras fotos testemunham seu pavor, seus gestos desesperados. Além disso, critica as lojas de souvenirs que lucram em cima de um marco histórico que impactou a vida de muitas pessoas. O autor entende essas modificações como um desrespeito, é uma crítica à perda da memória, ao valor histórico, ao esvaziamento do conteúdo.

Na Ocupação 9 de Julho, as ruínas são mantidas como forma de respeitar o valor histórico do edifício, desde quando era utilizado para serviços públicos, até quando foi destruído por outra ocupação que esteve ali anteriormente, a qual demoliu e incendiou parcialmente algumas estruturas. As ruínas, agora preservadas, contam histórias e atualmente servem de apoio para exposições, manifestações artísticas, grafiteiros. Tornam-se murais de cunho político e abrigam grandes eventos aos finais de semana e também para lazer diário das crianças.

Aqui estamos próximos do que Agamben teorizou como sendo a vida *bíos*, em oposição à vida *zoé*, o exercício da cidadania em um território de compartilhamento, da vida colaborativa e coletiva, soberana. “Não precisam ser reanimados por um objeto exterior a eles, são expressão de uma intensidade de vida” (palavras do Prof. Igor Guatelli, durante nossas conversas).

“Ocupações são comunidades que se expõem à exterioridade para existir, assumem a impossibilidade de um ser comunitário (interior sagrado) como sujeito. Pela intrusão, existem como uma comunidade que se inviabiliza como comunidade por estar sempre aberta à exterioridade do outro, do intruso. Abrindo-se à exterioridade, a morada dessas ocupações torna-se lugar de moradas permanentemente em construção, uma presença ambígua, portanto. São presenças não realizadas como identidades e entidades plenas. Na interioridade de uma exterioridade, acabam por se constituir como utopias coletivas em processo permanente de ser algo para além das categorias usuais de moradia”. (GUATELLI, 2020)

Figura 13: À esquerda, lançamento da Jacobim Brasil, revista referência no mundo em discussões socialistas sobre política, economia e cultura. À direita, apresentação de dança afro-brasileira do grupo Ilú Obá de Min no almoço quinzenal.



Fonte: <https://www.instagram.com/p/B4-VYOiH7MN/> e <https://www.instagram.com/p/B32h3K6nZ5p/>

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Aproximação fenomenológica

Após visitar e entrevistar moradores de ambos objetos de pesquisa, foi possível levantar diversas questões para entender como o vazio é percebido nesses dois ambientes estudados. Qual é o valor do vazio para quem habita esses lugares?

Foi observado que nos conjuntos habitacionais, o espaço da lógica do individual se sobrepõe ao valor do comunitário e do compartilhamento. Os pátios dos conjuntos habitacionais são espaços intermediários entre o fora (a rua) e o dentro (apartamentos). Espaços para convívio e compartilhamento, na verdade, são ocupados pelo patrimônio, o carro. Os pátios deveriam ser o primeiro contato das crianças umas com as outras, das que ainda não frequentam a escola, por exemplo. Deveria ser um ambiente intermediário para incentivar o compartilhamento de brinquedos, atividades livres, novas sensações. Poderia também servir de refúgio para idosos saírem de suas casas enclausuradas, fazerem exercício, conversar.

Muitos dos conjuntos foram entregues pelo Estado sem muros e garagens, com espaços livres para transitar e vagas para automóveis nas ruas. Como citado anteriormente, depois de alguns anos, os próprios moradores levantaram muros e construíram garagens nos pátios. Teriam os moradores passado a conviver melhor entre si apenas depois que seus carros e casas foram protegidos com o erguimento de um muro? Passaram a reconhecer o lugar onde moram como sua propriedade apenas após a proteção?

Em paralelo, na Ocupação 9 de Julho utilizam-se os muros dos pátios para recreação infantil e eventos como suporte para manifestações, entre elas políticas, assim como os murais do artista plástico Diego Rivera no México, que propôs uma arte de expressividade a partir de uma linguagem repleta de conteúdo histórico, social e cultural, focando na história do povo mexicano.

Figura 14: À esquerda, crianças brincam entre a estrutura em ruínas na Ocupação 9 de Julho. À direita, mural de Diego Rivera no México.



Fonte: à esquerda Maria Fernanda Garcia; à direita

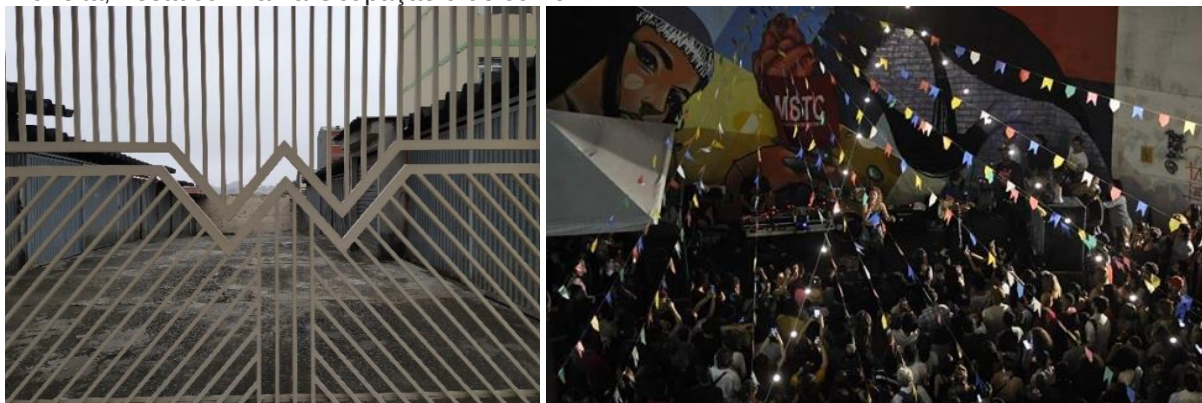
https://pt.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:Diego_Rivera_mural_featuring_Emiliano_Zapata.jpg

Nos conjuntos habitacionais vive-se uma simplificação da vida social em prol de uma valorização do objeto e do patrimônio em uma paisagem estéril. Em função de uma situação geográfica em um bairro isolado, associada à intenção do Estado de um empobrecimento da vida pública, há uma extrema racionalização e tendência à uma uniformização do espaço. Universaliza-se uma forma de vida resumida a um habitar enclausurado, uma vida em “claustros”.

Em oposição, nos pátios da Ocupação 9 de Julho, a vida é baseada no compartilhamento, em possibilidades de encontros imprevistos, na hospitalidade quase incondicional, na construção de vínculos afetivos a partir das trocas interpessoais. Há um fortalecimento do encontro, onde o habitar como permanente construção de liames sociais a partir da desobediência ao Estado e da luta coletiva, demonstra um processo mais democrático, plural e político do que encontramos nos pátios comuns dos conjuntos habitacionais de Artur Alvim. Os conjuntos habitacionais foram lugares concebidos pelo Estado à disposição de uma população que opta por alienar-se no objeto a ter uma vida social mais qualificada e diversificada, sem o objetivo de criar laços com o entorno ou vizinhança.

“Com efeito, quer o homem viva sob um regime totalitário quer sob um regime democrático, o exercício do poder político sobre a sua vida torna-o sujeito a ser despidido de sua humanidade (atributo conferido pelo direito), tornando-se, assim, um mero ser vivente. Isto assim se dá porque a decretação do estado de exceção torna a força da lei em força de lei (AGAMBEN, 2004, p. 61).

Figura 15: À esquerda, o pátio vazio de um conjunto habitacional reservado para guardar automóveis. À direita, Festa Junina na Ocupação 9 de Julho.



Fonte: à esquerda, Maria Fernanda Garcia, à direita, <https://www.instagram.com/p/Bzbq4m1HSz2/>

4. REFERÊNCIAS

AGAMBEN, Giorgio. **Homo Sacer**: o poder soberano e a vida nua. Tradução de Henrique Burigo. 2. ed. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2002. 207 p.

BENTHAM, Jeremy. **O Panóptico**. Organização de Tomaz Tadeu; traduções de Guacira Lopes Louro, M. D. Magno, Tomaz Tadeu. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2019. 202 p.

CALDEIRA, Teresa Pires do Rio. **Cidade de Muros**: crime, segregação e cidadania em São Paulo. 2. ed. São Paulo: Editora 34/Edusp, 2003. 399 p.

DIDI-HUBERMAN, Georges. **Cascas**. Tradução de André Telles. Serrote: Uma revista de Ensaios, Artes Visuais, Ideias e Literatura, São Paulo, n. 13, p. 99-133, mar. 2013.

DIÓGENES, Juliana; MENGUE, Priscila. **MORTALIDADE INFANTIL NA CIDADE DE SP**: Butantã e Artur Alvim são opostos, aponta estudo. O Estado de S. Paulo, São Paulo, 29 nov. 2018. Disponível em: <<https://saude.estadao.com.br/noticias/geral,mapa-da-desigualdade-revela-diferencas-na-cidade-de-sp-butanta-e-artur-alvim-sao-opostos,70002625869>>. Acesso em: 16 set. 2020.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e Punir**: história da violência nas prisões. 27. ed. Petrópolis: Editora Vozes, 1987. 288p.

GUATELLI, Igor. **Morar na abertura de interioridades**. VIRUS, São Carlos, n. 20, 2020. [online]. Disponível em: <<http://www.nomads.usp.br/virus/virus11/?sec=5&item=58&lang=pt#sect111>> Acesso em: 18. Set. 2020.

HOLSTON, James. **Cidadania Insurgente**: Disjunções da democracia e da modernidade no Brasil. Tradução de Claudio Carina. 1. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2013. 495 p.

MEYER, Regina Maria Prosperi; GROSTEIN, Marta Dora. **A leste do centro**: territórios do urbanismo. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2010. 324 p.

SILVA, Carmen. **A terra prometida**. São Paulo: n-1 Edições, 2019. Disponível em: <<https://n-1edicoes.org/a-terra-prometida>>. Acesso em: 16 set. 2020.

Contatos: garciamafe2302@gmail.com e iguatelli@mackenzie.br